

O poder da elite na Constituinte

6 NOV 1986

GAZETA MERCANTIL

por José Casado
de São Paulo

Aconteceu em Contagem, Minas Gerais, em março último — conta Albano Franco, senador (PFL-SE) e presidente da Confederação Nacional da Indústria. Os presidentes de federações industriais decidiram viabilizar meios para que o setor industrial pudesse ter voz e influência na Constituinte.

Comprometeram-se a realizar um levantamento do perfil ideológico dos candidatos ao Senado e à Câmara Federal, em cada estado, selecionar os mais afinados com a ideologia da livre iniciativa e apoiá-los.

Tudo muito discreto, ao contrário do exemplo da então recém-fundada União Democrática Ruralista (UDR) — citada nessa reunião. Ela já começara a promover leilões de gado entre fazendeiros de todo o País para arrecadar fundos suficientes à montagem de uma "bancada" na Constituinte que, no futuro, poderá vir a ser o embrião de um partido ruralista.

Nos meses seguintes, a discussão passou ao âmbito da União Empresarial Brasileira (UEB), espécie de central única dos empresários, que reúne os presidentes das Confederações da Indústria, Comércio, Agricultura, Finanças e Transportes. Imaginou-se uma ação nacional, articulada. No entanto, essa idéia acabou abandonada e a decisão sobre a forma e o meio de apoiar candidatos ficou



Albano Franco

a critério das entidades setoriais de caráter regional.

Mas, em São Paulo, o entrosamento das diferentes entidades representativas do empresariado, no debate sobre a Constituinte, acabou alcançando um grau de sofisticação e modernidade que seus líderes resolveram transferir ao plano regional a idéia de uma central única: "Em dezembro já teremos a nossa estadual", informa Mário Amato, presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP).

(Continua na página 7)

ANC 88
Pasta Novembro/86
016

O poder da elite na Constituinte

por José Casado
de São Paulo
(Continuação da 1ª página)

Essa mobilização política da elite brasileira tem, pelo menos, um componente novo e fundamental, interpreta a socióloga Maria Victória Benevides, autora de livros sobre a União Democrática Nacional (UDN), reduto histórico do conservadorismo político brasileiro. "Eles sempre fizeram isso, só que agora estão mais articulados e fazem as escancaradas, assumindo publicamente."

Nem sempre dá certo, nota José Carlos Gomes de Carvalho, presidente da Associação Brasileira dos Revendedores de Veículos (Abrave). Em conversa com o editor S. Stéfani, ele contou que a entidade está apoiando 42 candidatos em todo o País e acredita que tenha poder para eleger pelo menos 20 entre senadores e deputados.

"A experiência mostra que às vezes o candidato não cumpre o que prometeu", comenta. Por isso, o próprio Carvalho se decidiu lançar a suplência de senador, pelo PMDB do Paraná. "São 4 mil empresas em 80% dos municípios, dá para eleger alguns", aposta.

São as eleições mais caras da história política do País. E é muito provável que no próximo dia 16 o Brasil assista a uma nova confirmação do "poder de fogo" de sua elite: o novo Congresso poderá ter ampliada a participação de políticos que não apenas têm identificação com a ideologia da livre iniciativa mas também que possuem fonte de renda principal na atividade empresarial.

A participação de parlamentares-empresários no Congresso Nacional evoluiu muito desde 1946, como demonstram pesquisas feitas pela Universidade de Brasília, pelo Instituto Universitário do Rio de Janeiro e pela revista Veja (Janeiro-1983).

David Fleischer, da Universidade de Brasília, analisou a biografia de 1.548 políticos eleitos entre 1946 e 1975 e descobriu que a média de participação de empresários no Parlamento, nesse período, era de 8,9% do total de cadeiras no plenário da última Constituinte. Caiu para 4,8%, no Congresso eleito em 1963, e voltou ao patamar inicial em 1975.

Isso foi confirmado por dois outros sociólogos, César Guimarães e Luís Henrique Nunes, do Instituto Universitário do Rio, em pesquisa para o Jornal do Brasil, em 1975. Mas havia a suspeita de que o nível de participação era muito maior, pois como diz a socióloga Maria Victória "eles tinham vergonha de dizer que eram empresários e, assim, o fazendeiro se declarava um lavrador".

Essa suspeita foi confirmada numa análise da revista Veja sobre as fontes de renda de 437 dos 479 deputados federais eleitos em 1962. Ali se comprova que 71,6% da amostra (que equivale a 91,2% da bancada federal) é composta por parlamentares que têm fonte principal de renda em empresas agrícolas, industriais e de serviços.

Significa que dois terços do plenário atual da Câmara Federal, nesta legislatura, são dominados por empresários. Nessa conta não entram os que exercem cargos de direção de estatais ou que são executivos na iniciativa privada. É notável a predominância de empresários rurais: 42% dos deputados têm fonte de renda na agricultura.

A tendência no próximo Congresso é de ampliação desta bancada. A Constituinte de 1987 não vai dar

susto ideológico, raciocinam políticos experientes, como o ex-deputado Thales Ramalho. "Vai estar muito preocupada em conter o avanço do Estado na economia", acredita Albano Franco, da CNI.

"Vai ser um reflexo da sociedade", acrescenta o ex-ministro Antônio Delfim Neto, um candidato à Câmara que conta com o apoio dos empresários paulistas. Talvez mais preciso ainda seja dizer que o futuro Congresso tende a refletir muito mais a elite do que a sociedade brasileira, o que, possivelmente, não será muito do agrado de um político como o presidente José Sarney. Ele tem repetido aos seus interlocutores que o Plano Cruzado está demonstrando que o povo brasileiro é muito melhor que a sua elite, porque entendeu antes, apoiou e mantém o apoio ao governo na execução da política econômica anti-inflacionária.

Tal esforço de mobilização política da elite empresarial é, no entanto, "legítimo", na visão de Delfim Neto ou de empresários como Jorge Gerda, Johannpeter e Paulo Francini.

"Seria ótimo que a massa de empresários se engajasse totalmente, como está ocorrendo com as lideranças setoriais", acrescenta Amaury Temporal, presidente da Associação Comercial do Rio de Janeiro. "Há noventa anos fazemos força para isso, na associação", comenta sorrindo.

Algumas entidades empresariais estão dedicando-se à pregação ideológica. "Não somos golpistas", defende-se Renato Ticoulat Filho, presidente da Câmara de Estudos e Debates Econômicos e Sociais (CEDDES), organização que tem promovido segundas reuniões de empresários e políticos, em São Paulo. "Estamos fazendo um trabalho de conscientização sobre a economia de mercado, a importância do lucro, o risco e o liberalismo. Queremos mostrar que o capitalismo e o liberalismo não são os causadores da miséria, ao contrário."

Estão avançando. As previsões mais pessimistas de líderes empresariais e políticos experientes são de que o próximo Congresso terá no máximo uma bancada de esquerda equivalente a 15% das cadeiras.

Pode haver um ou outro deputado de esquerda que proponha um projeto mais radical, como, por exemplo, instituindo uma comissão para negociar duramente a dívida externa com os credores estrangeiros. Mesmo tal possibilidade não chega a preocupar políticos com larga experiência, como o próprio presidente José Sarney.

Até porque existe o consenso, entre os políticos, de que, a exemplo de 1946, o próximo Congresso Constituinte estará sob a influência de um restrito grupo, onde predominam forças de centro, composto, basicamente, por Ulysses Guimarães, Delfim Neto, Flávio Marcílio, Fernando Lyra, Pimenta da Veiga, Amaral Neto, Leopoldo Bessone, Antonio Maris, Paes de Andrade, Alvaro Valle, Candido Mendes, Odilon Coutinho, Lula, Roberto Campos, Roberto Magalhães, José Richa, Nelson Marchezan, Antonio Carlos Konder Reis, Edgar Mata Machado, Luiz Viana Filho, Nelson Carneiro, Nadir Rosseti, Jarbas Passarinho, Fernando Henrique Cardoso e Alberto Goldman.

São políticos que, pela experiência, liderança ou pelo saber, tendem a influir decisivamente na elaboração e nas votações da nova Carta.